

RECURSO ESPECIAL Nº 1.602.944 - SP (2016/0137936-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **EDISIO MARTINS DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **NELSON VIEIRA NETO E OUTRO(S) - SP158954**
 : **MARLON DA SILVA DE OLIVEIRA - SP334653**
RECORRIDO : **FATIMA AGUILAR DA SILVA CORREA**
ADVOGADO : **TEREZINHA NAZELY DE LIMA SILVA E OUTRO(S) - SP050136**
INTERES. : **ROSANA MARISA PEREIRA DOS SANTOS**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ALUGUEL. FIADOR. REGÊNCIA DO CPC/73. VERBA REMUNERATÓRIA. IMPENHORABILIDADE. FLEXIBILIZAÇÃO. POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. SÚMULA Nº 83/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. À luz exclusivamente do CPC/73, esta Corte admite a relativização excepcional da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/1973 para alcançar parte da remuneração do devedor com o fito de satisfação do crédito não alimentar, desde que garantida a subsistência digna do executado e de sua família, conforme análise do caso concreto. Precedentes. - EREsp 1582475/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial.

2. No caso concreto, o Tribunal local expressamente reconheceu que a constrição de 20% dos proventos de aposentadoria não comprometeria a manutenção digna do devedor e de sua família, razão pela qual deve prevalecer o entendimento perfilhado na decisão embargada. Súmula nº 83/STJ.

3. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por EDISIO MARTINS DOS SANTOS com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE 20% DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DO EXECUTADO, NA HIPÓTESE. POSSIBILIDADE. MEDIDA EXCEPCIONAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. Não se olvida a expressão literal do art. 649, IV, do CPC, com a redação dada

pela Lei nº 11.382/06. Mas, em execução de título judicial, restando apenas a penhora de pequena parcela dos proventos de aposentadoria recebidos pelo executado como único meio para minimizar o crédito, enseja-se o acolhimento de outros valores jurídicos existentes no plano constitucional, como o princípio da efetividade e a regra da proporcionalidade para a resolução do conflito de interesses. Viabiliza-se, com eles, a mitigação do rigor estampado na norma processual, sem ferir a garantia ao salário do trabalhador. E essa mitigação deve ser aplicada apenas em caráter excepcional, não se caracterizando onerosidade excessiva a separação, no caso, de 20% do salário recebido pela executada, até o limite do débito. Observa-se, contudo, que, na hipótese, essa modalidade de constrição poderá ser levantada, se o executado apresentar bens penhoráveis para constrição.

Em suas razões recursais, aponta o recorrente ofensa ao art. 114 da Lei n. 8.213/91 e art. 649, IV, do CPC/73, ante a impenhorabilidade total ou parcial de valores decorrentes de proventos de aposentadoria.

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, importa registrar que a análise do presente recurso especial é calcada nas regras e entendimentos do Código de Processo Civil de 1973, aplicável à época do julgamento do agravo de instrumento pelo Tribunal de Justiça.

3. Analisando o art. 649, IV, do CPC/73, entendia o STJ serem *"impenhoráveis os valores depositados em conta destinada ao recebimento de vencimentos, salários ou proventos de aposentadoria do devedor, salvo para pagamento de prestação alimentícia"* - AgInt no AREsp 1140631/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018.

4. Todavia, a jurisprudência da Segunda Seção passou a admitir, excepcionalmente, a **flexibilização da regra da impenhorabilidade** quando a verba remuneratória (em sentido amplo) alcançar montante considerável, critério esse subjetivo e casuístico, a ser verificado caso a caso.

Entre outras diversas questões, no julgamento do EREsp 1.330.567/RS, por exemplo, a 2ª Seção fixou a tese de poderem ser objeto de constrição judicial as chamadas sobras salariais, isto é, os valores remanescentes de uma verba remuneratória que subsistam em conta corrente quando da percepção da verba remuneratória do mês subsequente.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE SALÁRIO. ALCANCE. APLICAÇÃO FINANCEIRA. LIMITE DE IMPENHORABILIDADE DO VALOR CORRESPONDENTE A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS.

1. A Segunda Seção pacificou o entendimento de que a remuneração protegida pela regra da impenhorabilidade é a última

percebida - a do último mês vencido - e, mesmo assim, sem poder ultrapassar o teto constitucional referente à remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Após esse período, eventuais sobras perdem tal proteção.

2. É possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda.

3. Admite-se, para alcançar o patamar de quarenta salários mínimos, que o valor incida em mais de uma aplicação financeira, desde que respeitado tal limite.

4. Embargos de divergência conhecidos e providos.

(EResp 1330567/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/12/2014, DJe 19/12/2014)

5. Quanto à regra de impenhorabilidade à luz do Código de Processo Civil de 1973, várias outras situações passaram a ser admitidas por este Superior Tribunal, como se pode observar de relevante julgado da Corte Especial, relatado pelo Ministro Benedito Gonçalves:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. IMPENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Hipótese em que se questiona se a regra geral de impenhorabilidade dos vencimentos do devedor está sujeita apenas à exceção explícita prevista no parágrafo 2º do art. 649, IV, do CPC/73 ou se, para além desta exceção explícita, é possível a formulação de exceção não prevista expressamente em lei.

2. Caso em que o executado auferia renda mensal no valor de R\$ 33.153,04, havendo sido deferida a penhora de 30% da quantia.

3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.

4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.

5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.

6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

7. Recurso não provido.

(EResp 1582475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, REPDJe 19/03/2019, DJe 16/10/2018)

6. Também vale registrar outros julgados mais nesse mesmo sentido da flexibilização da regra da impenhorabilidade, à luz do CPC/73:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ART. 649, IV, DO CPC/73. IMPENHORABILIDADE. MITIGAÇÃO. PENHORA REALIZADA, NO LIMITE DE 30% DO SALÁRIO PARA PAGAMENTO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. No tocante à impenhorabilidade preconizada no art. 649, IV, do CPC/73, esta eg. Corte adotou o entendimento de que a referida impenhorabilidade comporta exceções, como a que permite a penhora nos casos de dívida alimentar, expressamente prevista no parágrafo 2º do mesmo artigo, ou nos casos de empréstimo consignado, limitando o bloqueio a 30% (trinta por cento) do valor percebido a título de vencimentos, soldos ou salários. Some-se a este entendimento, outras situações, tidas por excepcionais, em que a jurisprudência deste eg. Tribunal tem se posicionado pela mitigação na interpretação do art. 649, IV, do CPC/73.

2. Considerando o substrato fático descrito pelo eg. Tribunal a quo, evidencia-se a excepcionalidade apta a mitigar a impenhorabilidade, tendo em vista as infrutíferas tentativas de outras formas de garantir o adimplemento da dívida, bem como considerando que a dívida é referente a serviços educacionais, salientando que, como assentou o v. acórdão estadual, a educação também é uma das finalidades do salário.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 949.104/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE PERCENTUAL DE SALÁRIO. RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DE IMPENHORABILIDADE. POSSIBILIDADE.

1. Ação ajuizada em 25/05/2015. Recurso especial concluso ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.

2. O propósito recursal é definir se, na hipótese, é possível a penhora de 30% (trinta por cento) do salário do recorrente para o pagamento de dívida de natureza não alimentar.

3. Em situações excepcionais, admite-se a relativização da regra de impenhorabilidade das verbas salariais prevista no art. 649, IV, do CPC/73, a fim de alcançar parte da remuneração do devedor para a satisfação do crédito não alimentar, preservando-se o suficiente para garantir a sua subsistência digna e a de sua família. Precedentes.

4. Na espécie, em tendo a Corte local expressamente reconhecido que a constrição de percentual de salário do recorrente não comprometeria a sua subsistência digna, inviável mostra-se a alteração do julgado, uma vez que, para tal mister, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, inviável a esta Corte em virtude do óbice da Súmula 7/STJ.

5. Recurso especial conhecido e não provido.

(REsp 1658069/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. PENHORA. SALÁRIO. PERDA DO CARÁTER ALIMENTAR.

1. Não viola os arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973 o acórdão que motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

2. Esta Corte Superior firmou o entendimento de que a impenhorabilidade salarial não é absoluta, sendo que, existindo sobre salarial, esta poderá ser penhorada em razão da perda da natureza alimentar.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1492174/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 02/08/2016)

7. Apenas para registro - importante fazê-lo - a própria sistemática processual introduzida pelo CPC/15 mostrou que a mudança de entendimento do STJ estava alinhada com os anseios sociais e políticos, tanto que em recente julgamento, relatado pelo Ministro Raul Araújo, sedimentou-se didaticamente a diferença conceitual entre os diplomas processuais:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE DESPEJO COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS RESIDENCIAIS. PENHORA SOBRE PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. POSSIBILIDADE (CPC, ART. 833, § 2º). AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE PROVIDO COM PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL.

1. O Novo Código de Processo Civil, em seu art. 833, deu à matéria da impenhorabilidade tratamento um tanto diferente em relação ao Código anterior, no art. 649. O que antes era tido como 'absolutamente impenhorável', no novo regramento passa a ser 'impenhorável', permitindo, assim, essa nova disciplina, maior

espaço para o aplicador da norma promover mitigações em relação aos casos que examina, respeitada sempre a essência da norma protetiva. Precedente: EREsp 1.582.475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, REPDJe 19/03/2019, DJe de 16/10/2018.

2. Descabe manter imune à penhora para satisfação de créditos provenientes de despesa de aluguel com moradia, sob o pálio da regra da impenhorabilidade da remuneração (CPC, art. 833, IV, e § 2º), a pessoa física devedora que reside ou residiu em imóvel locado, pois a satisfação de créditos de tal natureza compõe o orçamento familiar normal de qualquer cidadão e não é justo sejam suportadas tais despesas pelo credor dos aluguéis.

3. Note-se que a preservação da impenhorabilidade na situação acima traria grave abalo para as relações sociais, quanto às locações residenciais, pois os locadores não mais dariam crédito aos comuns locatários, pessoas que vivem de seus sempre limitados salários.

4. Agravo interno parcialmente provido para modificar a decisão agravada e, em novo exame do recurso, conhecer do agravo e dar parcial provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1336881/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 27/05/2019)

Pois bem.

8. Passando à análise do presente caso, o Tribunal de origem consignou que o credor teria empenhado diversas medidas, todas ineficazes, inclusive no âmbito judicial, havendo *"demonstração de terem sido tentadas investidas em outros eventuais bens do agravado para penhora e consequente expropriação. E a exequente destacou, em sua minuta recursal, que os devedores nunca manifestaram interesse em composição amigável"* - fls. 58.

Diante dessas ponderações, entendeu a Corte Estadual em determinar o bloqueio de 20% dos valores líquidos relativos aos proventos de aposentadoria, pois *"sopesada a documentação trazida, a solução mais justa e plausível, por ora, será a determinação de bloqueio de 20% (vinte por cento) dos valores líquidos relativos aos proventos de aposentadoria"* - fl. 65.

9. Ainda mais, fez também constar expressamente os valores mensais auferidos pelo executado e algumas características pessoais e familiares, nos seguintes termos:

O executado não ofereceu alternativa para adimplir sua obrigação, limitando-se a afirmar que a execução deve se voltar contra a locatária. No mês de agosto/2014, **seus proventos de aposentadoria atingiram a quantia de R\$3.057,75 mensais**, acrescidos do 13º salário correspondente a R\$1.528,87 (fl. 36). É de se notar, ainda, que possui esposa, com quem reside e, provavelmente, ambos contribuem no enfrentamento das despesas e sustento familiar. Ademais, não foram comprovados os problemas de saúde alegados na contraminuta e respectivas despesas médicas (fls. 47/50) - fls. 57-58. - grifei.

10. Nessa substancial linha de intelecção, tendo em vista que a instância

Superior Tribunal de Justiça

ordinária - soberana na apreciação do acervo fático-probatório - consignou que a penhora de 20% dos proventos de aposentadoria não comprometeria a sobrevivência do devedor e de sua família, tenho que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem alinha-se com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de admitir, à luz do caso concreto, a flexibilização da regra de impenhorabilidade.

Por essas razões, tenho por incidente a Súmula nº 83/STJ.

11. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator